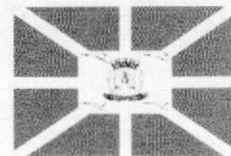




## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI**



PROJETO DE LEI Nº ..... /2026

Institui a Política Municipal de Combate à Dengue, Zika, Chikungunya e outras arboviroses no Município de Araguari, e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base art. 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Fica instituída a Política Municipal de Combate à Dengue, Zika, Chikungunya e demais arboviroses, com o objetivo de prevenir, controlar, reduzir e eliminar focos do mosquito *Aedes aegypti* no território do Município de Araguari.

**Art. 2º** A Política Municipal de ora instituída observará os princípios:

- I – da proteção à saúde pública;
- II – da prevenção e precaução;
- III – da atuação integrada e intersetorial;
- IV – da educação em saúde;
- V – da participação comunitária;
- VI – da eficiência administrativa;
- VII – do interesse público primário.

### **CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS**

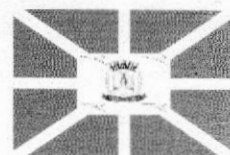
**Art. 3º** São objetivos da Política Municipal:

- I – reduzir a incidência, a morbidade e a mortalidade causadas pelas arboviroses;
- II – eliminar focos e criadouros do mosquito transmissor;
- III – fortalecer a vigilância epidemiológica e ambiental;
- IV – promover ações educativas permanentes junto à população;
- V – integrar políticas urbanas, ambientais e de saúde;
- VI – assegurar resposta rápida em situações de surto ou epidemia.

### **CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI**



**Art. 4º** A Política Municipal será executada por meio das seguintes diretrizes:

- I – vigilância epidemiológica contínua;
- II – controle ambiental e manejo de resíduos;
- III – fiscalização sanitária e urbana;
- IV – educação permanente em saúde;
- V – assistência integral à pessoa com suspeita ou confirmação da doença;
- VI – transparência e divulgação de dados epidemiológicos.

**Art. 5º** Constituem ações estratégicas permanentes:

- I – realização de visitas domiciliares por agentes de combate a endemias;
- II – monitoramento de índices de infestação predial;
- III – eliminação mecânica e química de focos, conforme protocolos técnicos;
- IV – mutirões periódicos de limpeza urbana;
- V – intensificação das ações em períodos críticos;
- VI – integração com escolas, associações e entidades comunitárias.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO**

**Art. 6º** Compete ao Município de Araguari:

- I – planejar, coordenar e executar as ações da Política Municipal de Combate à Dengue;
- II – garantir a atuação integrada entre as Secretarias de Saúde, Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Educação e Infraestrutura;
- III – capacitar permanentemente os profissionais envolvidos;
- IV – manter estrutura adequada para vigilância e controle;
- V – divulgar informações claras e atualizadas à população;
- VI – fornecer condições adequadas de trabalho aos servidores que atuam na linha de frente do combate às endemias, garantindo equipamentos de proteção individual, equipamentos de trabalho e veículos adequados.

**Art. 7º** O Município poderá realizar ações integradas de fiscalização, inclusive com ingresso forçado em imóveis, nos termos da legislação vigente, quando caracterizado risco à saúde pública.

### **CAPÍTULO V**

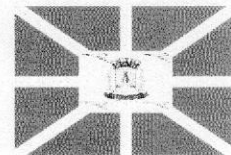
#### **DOS DEVERES DA POPULAÇÃO E DOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS**

**Art. 8º** É dever de todo cidadão colaborar com as ações de combate à dengue, especialmente:

- I – evitando o acúmulo de água parada;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI**



- II – mantendo quintais, terrenos e calhas limpos;
- III – permitindo o acesso dos agentes públicos, quando devidamente identificados;
- IV – comunicando situações de risco aos órgãos competentes.

**Art. 9º** Os proprietários, possuidores ou responsáveis por imóveis deverão:

- I – manter seus imóveis livres de focos do mosquito;
- II – cumprir as notificações sanitárias e urbanas;
- III – responder administrativamente pelo descumprimento das normas.

### **CAPÍTULO VI DA FISCALIZAÇÃO E DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS**

**Art. 10** O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei sujeitará o infrator às iras da legislação municipal vigente, especialmente às disposições do Código de Posturas do Município de Araguari, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**Art. 11** Verificada situação de risco iminente à saúde pública, o Município poderá:

- I – realizar limpeza compulsória;
- II – eliminar focos e criadouros;
- III – executar medidas emergenciais;
- IV – cobrar do responsável os custos dos serviços realizados.

### **CAPÍTULO VII DA EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

**Art. 12** O Município promoverá campanhas educativas permanentes sobre prevenção e combate à dengue, utilizando:

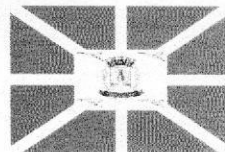
- I – escolas da rede pública e privada;
- II – unidades de saúde;
- III – meios de comunicação;
- IV – redes sociais e plataformas digitais;
- V – parcerias com organizações da sociedade civil.

### **CAPÍTULO VIII DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA**

**Art. 13** Em caso de surto, epidemia ou risco iminente, o Poder Executivo poderá declarar Situação de Emergência em Saúde Pública, intensificando as ações previstas nesta Lei, nos termos da legislação aplicável.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI**



### **CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 14** Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

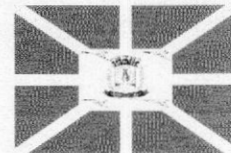
Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, sala das sessões em 20 de janeiro de 2026.

**LEVI DE ALMEIDA SIQUEIRA**  
Vereador Proponente





## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI**



### **JUSTIFICATIVA**

A presente proposição legislativa tem por objetivo instituir a Política Municipal de Combate à Dengue, Zika, Chikungunya e demais arboviroses, reconhecendo tais enfermidades como grave problema de saúde pública, de caráter permanente, recorrente e multifatorial, que exige atuação contínua, integrada e planejada do Poder Público Municipal.

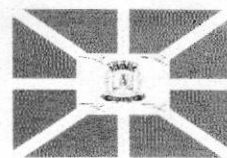
O Município possui competência constitucional comum para cuidar da saúde e da proteção da população, nos termos do art. 23, inciso II, da Constituição Federal (CRFB/1988), bem como competência suplementar para legislar sobre assuntos de interesse local, conforme art. 30, incisos I e II, da mesma Carta. Ademais, o Sistema Único de Saúde (SUS) adota como diretriz a descentralização das ações de vigilância epidemiológica e sanitária, atribuindo aos Municípios papel central no controle de endemias.

A dengue e outras arboviroses apresentam forte correlação com fatores urbanos, como acúmulo de resíduos, terrenos baldios mal conservados, imóveis abandonados, deficiência de drenagem, armazenamento inadequado de água e ausência de educação sanitária. Tais elementos demonstram que o enfrentamento da doença não pode se limitar a ações pontuais ou emergenciais, exigindo uma política pública estruturada, com diretrizes claras, responsabilidades definidas e integração entre diferentes áreas da Administração.

Nesse contexto, a presente Política Municipal de Combate à Dengue busca organizar, sistematizar e fortalecer as ações já desenvolvidas pelo Município, promovendo a atuação coordenada das Secretarias de Saúde, Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Educação e Obras, além de incentivar a participação ativa da população, reconhecendo que o controle do mosquito transmissor depende, em grande medida, do engajamento comunitário.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI**



Ressalte-se, ainda, que a proposta não invade competência privativa do Poder Executivo, uma vez que se limita a instituir diretrizes, objetivos e instrumentos gerais de política pública, preservando a discricionariedade administrativa quanto à execução, regulamentação e alocação de recursos, em consonância com a jurisprudência consolidada dos tribunais pátrios.

Por fim, ao prever ações educativas permanentes, vigilância contínua, transparência de dados e resposta rápida a situações de surto ou emergência sanitária, o projeto reafirma o compromisso do Município com a proteção da vida, da saúde e do bem-estar da população, fortalecendo o interesse público primário e promovendo uma cidade mais saudável e segura.

Diante do exposto, evidencia-se a relevância, legalidade e necessidade da presente proposição, razão pela qual se espera o apoio dos nobres Vereadores para sua aprovação.